

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito reuniu, pelas vinte e uma horas, no Salão Comunitário da Associação de Moradores da Sonega, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.** -----
- 2. Atas.** -----
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) Prestação de Contas de 2017;**-----
 - b) Relatório Anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município;**-----
 - c) 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2018;**-----
 - d) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018 a 2021;**-----
 - e) 1ª Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2018 a 2021;**-----
 - f) Alteração à Estrutura Orgânica Nuclear do Município de Santiago do Cacém;**-----
 - g) Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018, do Município de Santiago do Cacém;**-----
 - h) Apoio à Freguesia de Santo André.** -----
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA.** -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Rui Manuel Maria Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres e Óscar Domingues Ramos. -----

Não compareceram os membros: José Matos Cascão da Silva, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco e Adelaide Júlia Messias de Lemos. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, deu conhecimento de que o Senhor José Matos Cascão da Silva, eleito do PS, se fazia substituir na presente sessão, pela **Senhora Raquel Louro Vieira Correia**, o Senhor Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e a Senhora Maria Teresa Mateus Pereira Machado Branco, eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, pela **Senhora Carmem Dolores Palminha Mendes** e pelo **Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos**, respetivamente, e a Senhora Adelaide Júlia Messias de Lemos, eleita da CDU, pelo **Senhor Luis Pedro Marques Matos**, eleitos que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

SAUDAÇÃO DE BOAS VINDAS -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao **Senhor Dinis Silva**, inscrito para o efeito, o qual, **em nome da Associação de Moradores da Sonega, fez a seguinte intervenção:**-----

“Em nome da Associação de Moradores do Salão Comunitário da Sonega, queremos dar as boas vindas a esta casa. -----

Esta casa e esta Associação que é de todos está sempre de portas abertas. -----

Esta Associação é fruto da Revolução do 25 de Abril, que começou com as primeiras Comissões de Moradores. No passado dia 25 de Abril comemoramos a revolução com animação musical e jogos tradicionais. Uma data que nunca deve ser esquecida, pela importância que tem, para dizermos fascismo nunca mais! -----

E sem a Revolução do 25 de Abril a Assembleia Municipal não estaria aqui reunida e não haveria Poder Local Democrático.-----

Esta Associação foi registada em 5 de maio de 1999. -----

Em 1 de março de 2001 foi registada como Instituição Particular de Solidariedade Social.-----

Em 30 de outubro de 2003 foi assinado o acordo de cooperação para a resposta ao Centro de Dia. -----

Em 30 de novembro de 2006 foi assinado o acordo de cooperação para o serviço de apoio ao domicílio. -----

Atualmente damos apoio a cerca de 30 idosos. -----

Mas não são só estas as atividades que realizamos.-----

Convidamos todos a participarem nas nossas próximas iniciativas: -----

- Matiné dia 15 de maio; -----

- Mastro dia 23 e 24 de junho; -----

- Feira Anual dia 22 e 23 de setembro. -----

Feira anual, esta que é uma mini feira agrícola, que para além de ser organizada pela Associação de Moradores, é também organizado pela Secção Equestre do Grupo Desportivo Leal Soneguense. -----

Obrigado à Assembleia Municipal pela presença neste Salão Comunitário. “-----

CUIDADOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO -----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao **Senhor Dinis Silva**, o qual, **em representação da Comissão de Utentes de Santiago do Cacém**, fez a seguinte intervenção: -----

“Os Utentes estão muito preocupados com a situação dos serviços de saúde aqui no Concelho, problemas que são derivados das políticas erradas dos Governos anteriores. São cerca de 5.000 Utentes que não têm Médico de Família. Temos graves problemas na Extensão de Saúde de Vila Nova de Santo André e no Centro de Saúde de Santiago do Cacém. A Extensão de Saúde de Santo André está a necessitar de obras e em Santiago do Cacém é urgente a construção de um novo Centro de Saúde. -----

É inadmissível que a Extensão de Saúde de Alvalade-Sado esteja ainda a aguardar a sua abertura, é mau para os Utentes, mas também para os profissionais de saúde. Ultrapassando os prazos, em tudo o que é razoável. -----

Neste Concelho há Utentes que fazem cerca de 30Km's para irem à sede de Concelho obterem uma consulta, é o caso dos Utentes que residem na Freguesia de São Francisco da Serra. Em São Bartolomeu e em São Francisco os Utentes desesperam pela reposição da Extensão de Saúde. -----

Nós, os Utentes, estamos contra as longas listas de Utentes por cada Médico de Família. É inadmissível cada Médico ter 1900 Utentes ou mais. No Hospital do Litoral Alentejano também há graves problemas:

A Ordem dos Médicos veio reconhecer recentemente o que há muito a Comissão de Utentes vem denunciando, que é inadmissível a Urgência Pediátrica não ser assegurada por Médicos Pediatras. -----

Os Tempos Máximos de Resposta Garantidos, não são cumpridos nas seguintes especialidades: na área da Cirurgia; Ginecologia; Ortopedia; Otorrino; Urologia. -----

Na área das Consultas, os atrasos são nas seguintes especialidades: Medicina Interna; Neurologia; Obstetrícia; Oftalmologia e Otorrinolaringologia. -----

Sendo os casos mais graves, os seguintes: -----

Para a 1ª consulta de Oftalmologia estão quase 2800 Utentes em espera e em Otorrinolaringologia os Utentes esperam mais de 470 dias. -----

Endoscopias e Colonoscopias só se realizam aos Utentes internados. Os Utentes que são enviados para uma clínica privada, para fazerem uma Colonoscopia, se existir um polipo não o retiram. -----

É inadmissível existir 1 Urologista para 100.000 Utentes e 1 Cardiologista para 100.000 Utentes. -----

Os serviços de Oftalmologia e Cardiologia funcionam através de serviços de contratação externa. -----

Desde janeiro deste ano já encerraram 20 camas nos internamentos. -----

É inadmissível chegar a junho deste ano e faltar cerca de 100 Enfermeiros na Unidade Local de Saúde. -----

Nos próximos dias 8, 9 e 10 de maio os Médicos vão estar em Greve pela defesa do Serviço Nacional de Saúde. Nós, os Utentes, estamos totalmente solidários com os Médicos em luta, bem como com todos os Profissionais de Saúde. -----

A Comissão de Utentes afirma ainda que está totalmente contra a Municipalização dos Serviços Públicos e contra a assinatura da descentralização de serviços, assinada pelo Governo e pelo PSD. -----

Os Utentes apelam à Assembleia Municipal que exija ao Ministério da Saúde e ao Governo a contratação de Médicos, Enfermeiros, Assistentes Técnicos, Assistentes Operacionais, Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica. “-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**AGRADECIMENTO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA SONEGA –
CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES**-----

A Senhora Presidente agradeceu à Associação de Moradores da Sonega a cedência das suas instalações para realizar a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de forma descentralizada. -----

**COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER - INICIATIVA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NA FREGUESIA DE S.
DOMINGOS**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que aquela iniciativa, aprovada na Sessão Ordinária de fevereiro pela Assembleia Municipal, a qual compreendeu **a criação de uma Instalação de saias**, confeccionadas com material diverso e com mensagens alusivas à Mulher, e que teve lugar **no Largo 25 de Abril, em S. Domingos**, no dia vinte e quatro de dois mil e dezoito, às quinze horas, contou com a participação de muitas pessoas, tendo sido expostas cento e cinco saias com mensagens diversas. Acrescentou que os presentes podiam ver alguns exemplares expostos no Salão Comunitário da Sonega, onde decorria a Sessão. -----

**DESCENTRALIZAÇÃO DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA
SONEGA – SAUDAÇÃO**-----

O Senhor António Gamito de Matos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, saudou a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal na Sonega, Freguesia de Cercal do Alentejo, na qual se situa a maior bacia hidrográfica do Município, o que se revestia de grande simbolismo, tendo em conta as grandes preocupações com a seca, manifestadas na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em fevereiro último, sendo que, passados dois meses, embora os caudais ainda não se encontrem nos níveis ideais, tinham mais oito milhões de metros cúbicos de água, o que permitirá fazer as regas que, naquela altura, se julgava impossível realizar. -----

**SAUDAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA
FREGUESIA DE CERCAL DO ALENTEJO**-----

O Senhor António Albino, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, saudou a realização da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal na Freguesia e numa das localidades com grande dinâmica, a Sonega, onde se realizam muitas iniciativas sociais, culturais e desportivas. Acrescentou que a Secção Equestre ia participar, mais uma vez, na Romaria a cavalo até Viana do Alentejo, tendo sido honrada com a missão de transportar o andor de Nossa Senhora até àquela localidade. Acrescentou que a Sonega também tem um Clube de Futebol e que a Junta de Freguesia está orgulhosa da dinâmica da população desta localidade. -----

RECOMENDAÇÃO PARA ELIMINAÇÃO DO USO DE GLIFOSATO-----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, começando também por se congratular com a descentralização das sessões da Assembleia Municipal, porque permite às populações locais participarem neste tipo de reuniões dos órgãos autárquicos. -----
Apresentou, em seguida, a seguinte **“PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO:** -----
Assunto: Eliminar o uso do glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas.-----

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva. É de venda livre e fácil acesso. Em 2012, foram aplicadas 1.400 toneladas deste tipo de pesticida no

País. A sua utilização efetua-se ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante. Em Portugal, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos. -----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS), na sequência de um estudo realizado em março de 2015, por 17 especialistas, de 11 países, classificou o glifosato como “carcinógeno provável para o ser humano” (Grupo 2A).-----

A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano, de acordo com os dados disponibilizados pela Liga Portuguesa Contra o Cancro. -----

A Ordem dos Médicos considerou inaceitável a inação do governo ao não proibir o glifosato, e com isso poder evitar casos de cancro (ver editorial do boletim de julho/agosto 2015 (nº 161) da Ordem dos Médicos, assinado pelo Dr. José Manuel Silva. Em março de 2014, a Quercus e a Plataforma Transgénicos Fora, lançaram um apelo público para que as autarquias portuguesas deixem de usar glifosato nos espaços urbanos, alertando para o risco ambiental e para a saúde pública desta prática generalizada no país. -----

O glifosato representa um risco para a saúde pública. É imperioso a promoção de espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Nesse sentido apresentamos a presente proposta de recomendação, visto que a população do concelho de Santiago do Cacém não pode continuar a ser exposta a este produto carcinógeno nos espaços públicos quando há alternativa.-----

Várias autarquias – de perfil mais urbano ou mais rural – já abandonaram o uso do glifosato ou têm planos para o abandonar, o que significa que deixar de usar este pesticida é não só uma necessidade mas também uma possibilidade. Santiago do Cacém deve seguir o mesmo caminho.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária a 27 de abril de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Santiago do Cacém:-----

1. Que implemente um plano alternativo à utilização de glifosato, promovendo espaços públicos livres de pesticidas, com recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros;-----

2. Que abandone em definitivo a utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos; -----

3. Que se declare como “Autarquia com espaços públicos livres de glifosato.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Recomendação para discussão, começando por conceder a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que iniciou a sua intervenção para saudar a iniciativa da Senhora Presidente de descentralizar as sessões da Assembleia Municipal, como tem feito noutras freguesias, acrescentando que esta também tem sido a prática da Câmara Municipal. -----

Sobre o conteúdo da Recomendação em apreço, referiu que se tratava de um assunto que foi objeto de debate na última campanha eleitoral para as autarquias locais, considerando que a posição do BE é aquela que muitos defendem e que deve ser o caminho a seguir, embora não existam ainda as condições técnicas necessárias para a colocar em prática. Acrescentou que Portugal se tinha absterido aquando da discussão e votação sobre este assunto no âmbito da Comissão Europeia, continuando a ser

permitida a aplicação do produto no País, dado que não se trata de uma questão consensual, sendo que, nos municípios onde já foram experimentadas outras opções ocorreram vários constrangimentos.-----

Mais referiu que se podia fazer a analogia dos efeitos nocivos para a saúde da aplicação deste produto com a maior fonte de poluição a nível nacional, a Central Termoelétrica, sita no Município vizinho, a qual continua a funcionar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Albano Pereira, com competências delegadas nesta matéria, para mais alguns esclarecimentos sobre a mesma, o qual começou por informar que todos os herbicidas utilizados no Município não deixavam resíduos no subsolo e que o produto estava mais fraco, pelo que, nem sempre era eficaz. Acrescentou que as alternativas que se colocam estão ainda numa fase experimental, exigindo equipamentos difíceis de transportar e que libertam temperaturas muito elevadas, constituindo perigo para quem manuseia o equipamento.

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal está atenta à evolução das alternativas que se colocarem, para optar por outra solução, em prol da saúde e do bem estar da população.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que esta era uma situação que gerou controvérsia na União Europeia. Acrescentou que um estudo recente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura), sobre a perigosidade daquele produto, concluiu que não havia uma relação direta do número de cancro com a sua aplicação.-----

Mais referiu que acompanhava as preocupações do BE, mas não lhe parecia avisada a mudança por parte da Câmara Municipal, tendo em conta que não existem alternativas viáveis neste momento.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Recomendação** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezasseis votos contra, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Dois votos a favor, sendo um do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira e outro da eleita do PS, Senhora Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor David Gorgulho, em representação dos eleitos da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: “Sem prejuízo de reconhecermos que este é o caminho que tem que ser percorrido, o sentido de voto dos eleitos da CDU tem a ver com o facto de, neste momento, não existirem alternativas.”

SISTEMA DE ANTECIPAÇÃO DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES (SANQ) – ENSINO PROFISSIONAL – PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL – CIMAL. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que a CIMAL devia de ter dado um parecer relacionado com as necessidades de qualificação no território, o que não foi feito, acrescentando que na reunião daquela Comunidade onde este assunto foi tratado não tiveram presentes todas as câmaras municipais que a integram. Mais referiu que se tratava de uma questão do setor da Educação que era do interesse de todas as autarquias, considerando que as mesmas deviam reunir com as escolas para saberem quais as melhores ofertas a enquadrar naquele Sistema, o qual é promovido pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP). -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que este assunto tinha sido tratado na última reunião da CIMAL, a qual tinha tido lugar na semana anterior, onde os cinco municípios defenderam, por unanimidade, que a CIM não tinha condições para assinar o Protocolo de Cooperação neste âmbito, por discordar dos termos propostos relativamente ao financiamento, os quais determinam a transferência dos custos diretamente para a CIM, e pela ausência de habilitação da mesma para o efeito, por parte dos municípios. -----

PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR NO MUNICÍPIO – CANDIDATURA DA CÂMARA MUNICIPAL “INSUCESSO ZERO – IGUALDADE NA EDUCAÇÃO”.-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu discordar da metodologia adotada pela Câmara Municipal relativamente à Candidatura da CM aos Fundos Comunitários sobre o assunto mencionado em epígrafe, considerando que a sua preparação devia de ter sido feita em articulação com as escolas do Município. Acrescentou que aquela Candidatura, a qual foi apresentada na última reunião do Conselho Municipal de Educação, já tinha sido aprovada, por quem de direito, e as escolas desconheciam as vinte e oito atividades propostas, o que não podia deixar de lamentar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, na reunião do Conselho Municipal de Educação, foi dado conhecimento de que tinham sido pedidas sugestões a todos os agrupamentos de escolas do Município para aquela Candidatura, os quais não apresentaram contributos. Acrescentou que o Senhor Manuel Mourão esteve presente naquela reunião, enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, não tendo levantado a questão que agora colocou, assim como não tomou posição relativamente à Candidatura, pelo que, não conseguia perceber a razão da sua indignação sobre a forma como a mesma foi preparada. -----

Informou ainda que, no dia seguinte à reunião do CME, tinha confirmado com a Chefe de Divisão que os agrupamentos de escolas foram consultados, dado que não participara nas reuniões, acrescentando que as informações prestadas podem ser confirmadas nas atas do Conselho Municipal de Educação (CME).-----

Mais informou que se tratava de uma Candidatura no valor de 832.160,22€, com uma comparticipação do Fundo Social Europeu de 702.237,00 €, através do Alentejo 2020, a qual compreende vinte e oito atividades que irão contribuir para atingir as metas propostas para o sucesso escolar e que são complementares às que vão ser desenvolvidas pelos agrupamentos, mas em articulação com estes, e envolvendo a comunidade escolar.

Acrescentou que compreendia que o Senhor Manuel Mourão considerasse que aquela verba seria melhor gerida pelos agrupamentos de escolas, mas houve alguém, a nível do Poder Central, que decidiu disponibilizar estas verbas às Comunidades Intermunicipais, com a possibilidade das câmaras municipais apresentarem candidaturas, pelo que, a CM o que fez foi aproveitar esta verba, e não abdicará da direção política do projeto.-----

Esclareceu ainda que se tratava de uma candidatura pública, a qual foi apresentada pela Câmara Municipal no Conselho Municipal de Educação. -----

Interveio novamente o Senhor Manuel Mourão, começando por referir que estava na Assembleia Municipal como eleito e não como Diretor de Agrupamento de escolas, pelo que, as questões que colocava tinham a ver com o Município no seu todo. -----

Recordou que tinha reunido duas vezes com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas no âmbito da discussão da Carta Educativa, acrescentando que na reunião que tinha tido lugar, em Santo André, para apresentação daquele projeto, as escolas desconheciam as atividades previstas. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que também tinha estado presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, no dia vinte e três do mês em curso, na qual foi dado conhecimento de que tinham sido realizadas duas reuniões com os agrupamentos de escolas sobre este assunto. -----

REQUERIMENTO – CANDIDATURA DA CÂMARA MUNICIPAL “PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR”-----

Pelo Senhor Manuel Mourão, em representação dos eleitos do PS, foi apresentado o seguinte Requerimento: “Ex^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Venho pelo presente, rogar a Vossa Excelência que solicite ao Senhor Presidente da Câmara a candidatura apresentada pela Câmara Municipal, através do Alentejo 2020, denominada “ Promoção do Sucesso Escolar”, insucesso zero, igualdade na educação, e já aprovada por quem de direito. A Candidatura/Projeto agora solicitado deve ser entregue ao deputado do Partido Socialista Cascão da Silva.” -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a CM tinha todo o gosto em disponibilizar o documento. -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL SOBRE VERBA DE FUNDOS COMUNITÁRIOS -----

Pelo Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Recomendação: “ O Governo português vai redirecionar 100 milhões de euros dos Fundos Comunitários para investimento em obras de requalificação de edifícios. Estas verbas poderão ser alocadas pelas Comunidades Intermunicipais e pelas Áreas Metropolitanas à Educação. -----

Assim, a Assembleia Municipal reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de abril recomenda à Câmara Municipal de Santiago do Cacém que aproveite esta oportunidade para se candidatar a obras de requalificação nas escolas dos Agrupamentos do Concelho de Santiago do Cacém.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Recomendação para discussão. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Senhor Manuel Mourão tinha informação privilegiada que o Presidente da Câmara e a CIMAL desconheciam.-----

Mais referiu que as verbas dos Fundos Comunitários destinadas ao setor da Educação e às quais a Câmara Municipal teve acesso foram para as candidaturas de um conjunto de obras em edifícios escolares da responsabilidade do Município, cujo valor era pouco mais de setecentos mil euros, o que era manifestamente insuficiente, acrescentando que foi possível reforçar esta verba, com mais trezentos mil euros, através de uma permuta negociada no âmbito da CIMAL, passando a Câmara Municipal a dispor de um milhão de euros, sendo que, o investimento nas escolas ascende a dois milhões e trezentos mil euros, não chegando a cinquenta por cento a taxa de cofinanciamento. -----

Mais referiu que o assunto colocado levava novamente à questão das obras da Escola Secundária Padre António Macedo (ESPAM), da responsabilidade da Administração Central, relativamente às quais o Ministério da Educação pretende que a CM participe com metade da verba não financiada, sete e meio por cento, mas não se sabe qual o valor da mesma, dado que não existe projeto. Contudo, foi dito que, se o Município de Santiago do Cacém não aceitasse participar, a verba que se destinava às obras daquela Escola iria para outros municípios. Recordou que, passado um mês da reunião com a Direção Regional de Educação (DRA), onde esta questão foi colocada à Câmara Municipal, a organização local do PS fez sair um comunicado no qual criticava a posição da CM sobre este assunto e indicava valores para aquela obra que a CM desconhecia, dado que, como atrás referira, ainda não existia projeto, tendo a Autarquia emitido um esclarecimento à população sobre esta situação. -----

Mais informou que a recusa da assinatura do Pacto sobre esta matéria, por parte da CIMAL, foi aprovada, por unanimidade, pelos cinco municípios que a compõem. ----- Informou ainda que, no mês de janeiro do ano em curso, teve lugar uma reunião da Câmara Municipal com a Senhora Secretária de Estado da Educação, onde foi novamente colocada esta questão, tendo sido proposto que, em vez da comparticipação dos cinquenta por cento da parte não financiada pelos FC, a CM assumisse a elaboração do projeto e ficasse dona da obra. Acrescentou que esta proposta tem que ser avaliada, porque é preciso ter em conta que aquele edifício não é propriedade do Município e apurar os custos do projeto, o que depende do valor do investimento, o qual, até à presente data, não se conhece. -----

O Senhor Manuel Mourão referiu que a maioria das câmaras municipais do País tinham tido uma atitude diferente da CM de Santiago do Cacém sobre a comparticipação nas obras de escolas secundárias, a qual era também a posição dos eleitos do PS, porque têm outras ideias para a educação, acrescentando que o 25 de Abril de 1974 garantiu a possibilidade de se pensar de forma diferente. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que estas foram as opções políticas da Câmara Municipal, admitindo que haja pessoas com opiniões diferentes nestas e noutras matérias. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referindo que tinha dúvidas relativamente àquela verba, porque na audiência com o Senhor Ministro da Educação, na Assembleia da República, foi dito que a mesma se destinava aos setores da Saúde, Educação e Património, pelo que, não sabia qual era o montante para o setor da Educação, questionando se os cem milhões de euros eram da programação do Alentejo 2020 ou se provinham de outra verba. -----

O Senhor Manuel Mourão referiu que estava implícito na Recomendação que os cem milhões podiam ser aplicados nas diferentes áreas, o que dependia da dinâmica das Áreas Metropolitanas e das CIMs. -----

Interveio o Senhor Rui Beles, eleito do BE, referindo que a discussão sobre este assunto o tinha deixado um pouco confuso, dado que lhe parecia que cada Autarquia definia a aplicação das verbas e não se sabia como as mesmas iam ser distribuídas, nem qual era o montante, dos cem milhões referidos, que se destinava à Educação. -----

Acrescentou que sempre se questionava sobre os milhões para a Educação e Formação e os resultados da sua aplicação, dado que, no passado, foram desperdiçados milhões em ações neste âmbito, porque não houve, previamente, um estudo para apurar as necessidades de formação das populações. -----

Mais referiu que as questões da Educação devem ser centradas no fator humano, nos alunos, professores e famílias, com a participação de toda a Comunidade Escolar, assim

como deverá ser definida a responsabilidade pela contratação de recursos humanos e as verbas para o efeito. Acrescentou que esta é, atualmente, uma responsabilidade do Governo, o qual, nalgumas situações, transfere verbas para outras entidades que, por sua vez, subcontratam animadores e outros profissionais, o que tem aumentado a precariedade neste setor, considerando que, se estas funções fossem transferidas para os municípios, acompanhadas das respetivas verbas, o problema da precariedade podia ser resolvido. -----

Referiu também que o problema do insucesso escolar não se resolvia com profissionais desmotivados, devido à precariedade nas escolas e outras situações similares. -----

Referiu ainda que gostaria de conhecer a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a questão da municipalização da Educação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não concordava com a forma como o Governo estava a conduzir o processo de descentralização de funções do setor da Educação para os municípios. Acrescentou que a Câmara Municipal não tinha receio de assumir responsabilidades nesta área, desde que as funções sejam acompanhadas dos meios necessários que permitam a mesma qualidade dos serviços que a Autarquia presta no âmbito do Pré-escolar. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal também era contra a precariedade na contratação de pessoal, informando que o Município não tinha trabalhadores precários. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Recomendação** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria, com dezasseis votos a contra, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Oito abstenções, sendo três de eleitos do PS, senhores Susana Louro Caiado Correia Pádua, Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

Quatro votos a favor, de eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, foi feita a seguinte declaração de voto: “O meu sentido de voto tem razão nalgumas dúvidas que se levantaram na Assembleia sobre a Recomendação apresentada, pelo que, não conseguindo avaliar a Recomendação não podia votar favoravelmente.” -----

Pelo Senhor Luís Matos, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação:-----

-----**“SAUDAÇÃO**-----
-----**Comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio**-----

O 25 de Abril, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas, logo seguido de um levantamento popular, pôs fim a 48 anos de

ditadura fascista, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----
Lembramos e saudamos a resistência antifascista e os valores militares de abril e todos aqueles que lutaram e estiveram com o povo Português na conquista dos direitos fundamentais para uma vida plenamente livre e digna. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. -----
O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. -----
A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.-----
As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.-----
Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. ----
O 1º de Maio é um dia que ficará sempre na História como um dia de todos os trabalhadores, um dia de luta e conquistas de direitos. Em 1886, os operários de Chicago pagaram cara a coragem de reivindicarem o direito de participar na definição das suas condições de trabalho alguns deles com a própria vida. -----
Portugal precisa de uma política que garanta, emprego, os direitos e a justiça social; de uma estratégia de desenvolvimento económico e social, que valorize o trabalho, a qualidade do emprego, promova a melhoria dos salários a igualdade no trabalho e o fim das discriminações, justiça fiscal, políticas sociais justas e de qualidade. -----
Saudamos a luta dos trabalhadores e em particular do complexo industrial de Sines que a maioria reside no Concelho de Santiago do Cacém. -----
Nos últimos meses muitos foram os trabalhadores que participaram em ações de luta em defesa dos seus direitos e reivindicações onde algumas lutas já trouxeram resultados. ----
Por esse motivo os trabalhadores devem continuar a lutar. Os membros da CDU apelam a todos que participem nas ações de comemorações e luta do 1º de Maio, convocadas pela CGTP-IN, e em particular para a Manifestação em Sines que começará às 11 horas no Jardim das Descobertas. -----
Não há transformações nem conquistas de direitos económicos, sociais e políticos sem a luta dos trabalhadores, sempre assim foi e assim será.-----
Viva o 1º de maio!-----
25 de Abril sempre!” -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que não existia unicidade sindical no País, pelo que, considerava abusivo que o apelo à manifestação mencionasse somente a CGTP-Intersindical.

Pela Senhora Susana Pádua, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Saudação:

“SAUDAÇÃO

Comemorações do 25 de Abril

Madrugada de 25 de Abril de 1974, há 44 anos o país acordava com a notícia que há muito esperava, como escreveu a poetisa Sofia de Melo Breyner Andresen, “esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo”

Comemoramos a histórica revolução dos cravos, da coragem dos militares e dos capitães do MFA que tornaram diferentes os nossos dias.

A ditadura caía pela luta e pela força de um povo que ansiava a liberdade.

O povo saiu à rua, saudou os militares com cravos vermelhos, e o dia começava limpo e inteiro em que o silêncio foi interrompido com vivas à liberdade, à democracia, à libertação dos presos políticos, ao fim da guerra colonial e à justiça social.

Portugal e os portugueses renasciam da escuridão, da opressão, da censura, do exílio, da prisão.

E foram muitos e muitas que resistiram e contribuíram para a consciencialização política de um povo que se foi recusando, cada vez mais, a estar adormecido.

A revolução dos cravos, o 25 de Abril há 44 anos está no coração de todos os portugueses e portuguesas, como um dos mais belos sinónimos da noção de LIBERDADE.

E é por isso que saudamos a luta política preconizada e protagonizada por muitos homens e mulheres, trabalhadores/as, estudantes, intelectuais que durante 48 anos de ditadura se entregaram, na clandestinidade, na prisão, no exílio, muitos com a sua própria vida, à luta contra aqueles que nos faziam viver em servidão, mas como diz o poeta Manuel Alegre,

“Mesmo na noite mais triste

em tempo de servidão

há sempre alguém que resiste

há sempre alguém que diz não.”

E a partir deste dia, 25 de Abril de 1974, sob a senha da Canção Grândola Vila Morena, a democracia tinha o caminho aberto para o voto livre, para a liberdade de imprensa e de expressão, para a liberdade de reunião e associação.

A revolução dos cravos permitiu iniciar-se a construção dos pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

Construíram-se novas escolas e abriram-se as portas da escola pública a todos e a todas independentemente da cor, do género ou classe social; construiu-se um serviço nacional de saúde; construiu-se comunicação, pelas estradas, pela rádio, pela televisão, pelas novas tecnologias.

Um país novo começava a ser desenhado e mais do que um sonho, começava a ser uma realidade nova que nunca poderemos deixar de enaltecer e de assinalar e por isso hoje o saudamos.

Importa regar este nosso 25 de Abril e importa não perder a utopia que nos acompanhou durante os primeiros anos de liberdade, e que não pode desaparecer, porque e citando Eugénio de Andrade “o mundo é conduzido por loucos e ambiciosos, que só têm em mira o êxito e o lucro, estão-se nas tintas para as preocupações dos poetas, que são, como toda a gente sabe, seres da utopia, essa utopia sem a qual não há progresso.”-----
Abril tem que estar sempre presente e renascer hoje e amanhã como uma nova esperança que nos permita reforçar a democracia a liberdade a esperança nesta “nesga de terra”, e aprofundar os pilares do estado social próprio de uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária. -----

O dia de hoje é de saudação, mas é também de afirmação da necessidade de refletirmos sobre o tempo que vivemos e sobre o futuro. -----

É tempo de como escreveu Miguel Torga “de repensar esta nesga de terra”, tendo sempre presentes os valores de Abril, os direitos e deveres de Abril, conquistados em prol do progresso, do desenvolvimento sem os quais não haverá plena liberdade e justiça social. -----

As/os munícipes de Santiago do Cacém têm que acreditar que é possível continuar a construir um futuro melhor, mais justo e solidário e a continuar a lutar para melhorar os seus direitos. -----

Santiago do Cacém é um concelho particularmente marcado por abril e pelos valores da liberdade, da paz e da justiça que o caracterizam. É um concelho do associativismo, da mobilização popular e da participação cívica, onde mais de uma centena de associações, clubes e coletividades desenvolvem atividade notável. Saudamos todas e todos por fazerem do seu dia a dia uma conquista de Abril “em cada esquina um amigo em cada rosto igualdade”.-----

Abril valeu a pena e tem que continuar a valer a pena. -----

Viva o 25 de Abril!”-----

PROPOSTAS DE MOÇÕES SOBRE CUIDADOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO-----

Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“Moção -----

Pelo direito a cuidados de saúde na Unidade de Saúde Local do Litoral Alentejano

Há 42 anos, ficaram consagradas na Constituição da República Portuguesa, nas funções sociais do Estado, entre as quais, a criação do Serviço Nacional de Saúde como instrumento da concretização da responsabilidade prioritária do Estado no que garante ao direito da Saúde para todos os portugueses e portuguesas, de uma forma universal e equitativa.-----

Hoje em pleno século XXI, verificamos que o SNS se encontra delapidado, fruto das opções políticas dos sucessivos governos PS/PSD/CDS, políticas destrutivas ao longo destes anos.-----

A Unidade de Saúde Local do Litoral Alentejano, Empresa Publica Empresarial, atingiu o limiar da rutura, que limita o acesso da população a cuidados de saúde, condignos. ----

Não é admissível que o Ministro da Saúde/Ministro das Finanças, não dê um despacho favorável à contratação de profissionais de saúde na USLA,EPE, bem como a aprovação do mapa de pessoal desta instituição, adequado às reais necessidades das populações. ----

Neste momento a USLA está a funcionar com metade dos Médicos necessários, faltam 62 Enfermeiros e cerca de 80 Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais. -----

Os profissionais que estão a trabalhar têm uma carga de horas que se traduz em alguns casos em absentismo ao serviço por sobrecarga/esgotamento. -----

No Serviço de Urgência Pediátrico, o atendimento é assegurado por médicos não especialistas.-----

No passado dia 6 de abril de 2018 os Utentes, trabalhadores e autarcas estiveram concentrados em frente ao Hospital do Litoral Alentejano, a exigir soluções rápidas e imediatas no sentido de manter e ampliar os serviços prestados por esta instituição de saúde, adequando-os às reais necessidades das populações.-----

Exigimos: -----

-Admissão imediata de profissionais de saúde, Enfermeiros, Médicos e Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos;-----

-Restabelecimento da totalidade de vagas dos vários serviços do HLA; -----

-Cumprimento dos tempos máximos de resposta nas consultas/cirurgias e exames complementares de diagnóstico das várias especialidades, como Cardiologia, Gastroenterologia, Urologia, entre outras;-----

-Conclusão urgente das obras e a abertura das seguintes Extensões de Saúde: -----

-Alvalade (Santiago d Cacém); -----

-Reparação/ Construção das Extensões de Saúde: -----

-Santiago do Cacém; -----

-Vila Nova de Santo André (Santiago do Cacém). -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 27 de abril de 2018:-----

Exige ao Governo na pessoa do Ministro da Saúde que se digne a cumprir os desígnios para os quais foi mandatado e resolva os problemas de saúde na região do Alentejo Litoral.”-----

Pelo Senhor Tiago Silva, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

-----“**MOÇÃO** -----

----- **SERVIÇOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO** -----

Os membros da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém eleitos pelo Partido Socialista manifestam a sua preocupação relativamente à escassez de recursos humanos na área da saúde, situação francamente notada no Litoral Alentejano e que coloca em causa a equidade no acesso aos cuidados de saúde, além da qualidade e segurança necessária dos mesmos. -----

É conhecido o défice crónico de profissionais médicos, profissionais de enfermagem, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais e assistentes técnicos. -----

Neste momento, a carência dos profissionais de enfermagem e de assistentes operacionais motivou o encerramento de camas em várias valências, já elas deficitárias em número em situação regular, situação que coloca os utentes em risco acrescido, por vezes internados em condições provisórias no Serviço de Urgência, sem as necessárias condições. -----

Acresce a sazonalidade da época balnear que se aproxima, sendo que o aumento da população coloca superior pressão nos serviços de saúde.-----

Estamos conscientes que a tutela está a envidar todos os esforços para minimizar e resolver estes problemas. -----

Porém eles não são resultado dos últimos dois ou três anos, pois foram herdados de toda uma política de completa escassez, nomeadamente no que concerne aos profissionais de saúde. -----

Mas também não é nossa intenção clamarmos ou alijar responsabilidades. -----

O que pretendemos é um apelo a todas as forças políticas, no sentido de juntos arranjarmos, com toda a urgência, uma solução para toda a população do Litoral Alentejano.” -----

A Senhora Presidente colocou as propostas para discussão. -----

Interveio o Senhor Luis Matos, eleito da CDU, informando que, actualmente, o número de camas encerradas já era superior aquele que constava no texto da Moção e os doentes continuavam a precisar de ser internados. Acrescentou que os doentes ficam nos corredores, cuja capacidade comporta catorze utentes, mas chegam a estar vinte doentes naqueles espaços. -----

Mais informou que no Serviço de Urgências são necessários dez enfermeiros e só dispõe de seis. -----

Interveio a Senhora Susana Pádua, eleita do PS, referindo que as questões colocadas nas moções eram da maior importância e era imperativo alertar para a necessidade de serem tomadas medidas urgentes para a resolução dos problemas, considerando que, para as moções terem o impacto pretendido deviam ser aprovadas por unanimidade na Assembleia, o que exigia um cuidado especial na redação das mesmas para não se criarem algumas ruturas e animosidades. Mais referiu concordar com as moções na generalidade, mas não se revia nalguns aspetos, porque o facto de ter a mesma ideologia e tendo bem presente o papel determinante do PS na criação do Serviço Nacional de Saúde, não tinha que concordar com tudo o que o Governo fazia, não sendo esta a sua filosofia de vida. -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, referiu que era preciso resolver o problema da falta de médicos e de outros profissionais da saúde, embora soubesse que havia concursos para hospitais sítios no interior do País, cujas vagas não eram preenchidas, dado que, aqueles profissionais não concorriam, pelo facto de não existirem condições para o desenvolvimento das suas carreiras. -----

A Senhora Teresa Alves, eleita da CDU, informou que numa reunião com a Administração da ULSLA foi referido que os médicos não querem vir para o HLA, porque os incentivos são quase nulos, em termos financeiros. Acrescentou que também foi dado conhecimento que a Administração daquela Unidade tinha apresentado várias propostas ao Senhor Ministro da Saúde relativamente ao preenchimento do Quadro de Pessoal, as quais não foram autorizadas pelo Ministério das Finanças. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, referiu que este era um assunto recorrente que vem sendo discutido na Assembleia Municipal, mas que nunca se tinha atingido uma situação tão grave, da qual muitos eram responsáveis. Mais referiu que o HLA tinha o pior rácio de enfermeiros por habitante, no País, o pior financiamento, e um mapa de pessoal desatualizado. Acrescentou que os médicos preferem ficar nos grandes centros urbanos e não eram formados os profissionais necessários, considerando que a culpa desta situação não era só dos governos, resultando também de outras questões paralelas. -----

Referiu ainda que vários ministros têm sido confrontados com o problema e respondem que vão envidar esforços para os resolver, sem que se vejam resultados. -----

Referiu também que o processo das obras de ampliação do Serviço de urgências do HLA esteve parado, mais de um ano em meio, no Ministério das Finanças. -----

Recordou que o Orçamento de Estado, onde não consta o investimento público necessário para combater o défice, tinha sido aprovado pela esquerda parlamentar, considerando que se tratava dos piores níveis de investimento público da democracia portuguesa. -----

Sugeriu ainda que se mencionasse nos textos das moções a criação de condições para que se possa cumprir os tempos máximos de resposta.-----
Concluiu, referindo que os profissionais da Saúde tem feito um esforço notável, nestas condições adversas, para assegurar os cuidados de saúde às populações.-----
Interveio a Senhora Maria Emília Almeida, eleita da CDU, referindo que as responsabilidades nesta matéria eram daqueles que ao longo dos últimos quarenta e quatro anos tem governado o País, as quais não se podiam apagar, considerando que a situação a que se chegou no setor da Saúde era o resultado das opções políticas dos sucessivos governos PS e PSD, tomadas ano após ano. -----
Mais referiu que era necessário tomar medidas concretas para inverter esta situação, pelo que, se todos estavam empenhados na defesa dos cuidados de saúde no Litoral Alentejano, deviam aprovar as moções, por unanimidade.-----
Interveio o Senhor Luis Matos, informando que o último concurso para recrutamento de médicos foi lançado com um ano de atraso, e que os profissionais com especialidade auferem como internos e continuam à espera de contractos que não avançam, devido a questões burocráticas, acabando muitos por serem recrutados pelo setor privado, quando a sua formação foi paga com recursos públicos. -----
Mais informou que, na enfermagem, o problema é tão grave que as baixas prolongadas não são repostas.-----
Interveio o Senhor Manuel Mourão, referindo que ninguém tivesse dúvidas de que o Partido charneira do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública, onde trabalhava desde mil novecentos e setenta e quatro, era o PS. Acrescentou que era verdade que havia cativações, mas também era verdade que o OE para 2018 tinha mais dinheiro para a Saúde do que os orçamentos anteriores, sendo que, a saúde era cada vez mais cara, porque também havia mais esperança de vida, sendo esta uma questão de fundo da sustentabilidade do SNS. -----
Referiu ainda que era positivo o facto de todos os partidos terem apresentado, na Assembleia da República, projetos de sustentabilidade do SNS, considerando que se tratava de uma causa que devia unir todas as forças políticas.-----
Mais referiu que o HLA tem problemas desde o início, acrescentando que nunca houve uma discriminação positiva no sentido de resolver os problemas daquela Unidade, por parte dos sucessivos governos, a qual serve os cinco municípios do Litoral Alentejano, considerando que esta era uma questão em torno da qual devia haver unidade por parte de todos os eleitos, apelando para que fosse encontrada uma posição única de todas as forças políticas representadas na AM.-----
Interveio o Senhor Rui Vieira, referindo que o BE e o PCP não eram governo e que o apoio dos mesmos resultava das negociações das propostas que eram apresentadas pelo Governo PS, com as quais nem sempre concordavam. -----
Mais referiu que os eleitos na AM devem defender as necessidades locais, não se desvinculando da sua ideologia por conveniência e não se culpando mutuamente pelas heranças, e, enquanto eleitos municipais, deverão caminhar no sentido do reforço do Serviço Público da Saúde, considerando que não podem ser favorecidas as parcerias públicas privadas com dinheiro dos contribuintes e do estado, o que encarece a saúde, sem que sejam prestados melhores cuidados.-----
Mais referiu que se devia chegar a um consenso que sirva as populações locais, independentemente das posições partidárias de cada um.-----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a discussão sobre esta matéria se repetia e os problemas persistiam. Acrescentou que tem sido várias as reuniões sobre os problemas dos Cuidados de Saúde no Litoral Alentejano e a vários níveis, sendo que, a

última tinha tido lugar no início do mês de fevereiro do ano em curso, entre a CIMAL e o Senhor Ministro da Saúde, o qual se comprometeu que, entre o final daquele mês e o princípio do mês seguinte, visitaria os cinco municípios, o que não aconteceu até à presente data, sem que tenha sido dada qualquer informação aos municípios, os quais a tem solicitado junto do Ministério. -----

Informou ainda que, na última reunião do Conselho Intermunicipal, voltou a ser discutida a situação dos Cuidados de Saúde, os quais se tem vindo a agravar, pelo que, estão a ser ponderadas as ações a desenvolver no sentido de pressionar, a quem de direito, para tomar as medidas que se impõem para a resolução dos problemas, considerando que existem responsáveis por esta situação. -----

Mais referiu que todos sabem que a CDU vota o OE no âmbito do compromisso assumido com o Governo PS no sentido da viabilização da situação governamental, a qual durava havia dois anos, sendo que, apesar das dificuldades ainda existentes, a situação tem sido mais favorável do que aquela que foi aplicada pela governação anterior, o que não significa que os partidos que fazem parte da CDU (PCP e PEV), não tenham uma posição crítica sobre esta e outras matérias. -----

PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA CONJUNTA SOBRE OS CUIDADOS DE SAÚDE NO LITORAL ALENTEJANO-----

A Senhora Presidente da Assembleia propôs que fossem retiradas as moções pelos proponentes e constituída uma Comissão, composta por um eleito de cada Força Política com assento na Assembleia Municipal, para, em conjunto, prepararem uma proposta de Moção a apresentar à Assembleia Municipal. -----

A **proposta foi aprovada, por unanimidade.** -----

-----ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de janeiro a abril de dois mil e dezoito, documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e votação a **ata nº 08** da Sessão ordinária da Assembleia Municipal, de vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a ata a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

A Senhora Carmem Dolores Palminha Mendes e os senhores António Manuel Alves Gamito de Matos e Luis Pedro Marques Matos, não voltaram, por não terem estado presentes na reunião. -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e votação a **ata nº 01** da Sessão ordinária da Assembleia Municipal, de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a ata a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

A Senhora Carmem Dolores Palminha Mendes e os senhores Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, António Manuel Alves Gamito de Matos e Luis Pedro Marques Matos, não votaram, por não terem estado presentes na reunião. -----

1º PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto do Regimento. -----

Não foram levantadas objeções. -----

“3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Prestação de Contas de 2017;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental), anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2017, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----*

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos:-----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

b) Mapas de ativo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe Regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea i) do nº. 1 do artigo nº.33 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Dois – De acordo com o capítulo II e capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191 de 18 de agosto, II Série alterado pela resolução nº26/2013-2ªSecção publicada no D.R. nº 226 de 21 de novembro de 2013 e com a resolução nº 1/2018 do Tribunal de Contas publicada no Diário da República, 2ª série-nº 2, de 09 de fevereiro de 2018.”-----

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata, com o número seis, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricados pelos membros da mesma. -----

No âmbito da apresentação dos documentos o Senhor Presidente da Câmara Municipal destacou nomeadamente as cerca de trinta intervenções de pavimentação realizadas em todas as freguesias do Município, entre as quais a resolução do problema do Parque de estacionamento da Costa de Santo André, a remodelação da rede elétrica no Pré-Escolar de Cercal do Alentejo, as obras de melhoramento nas infraestruturas de abastecimento de água e saneamento nas Silveiras, Vale da Eira e Relvas Verdes. A construção da ciclovias entre a Cruz de João Mendes e S. Francisco da Serra, as obras nos balneários do Polidesportivo desta Freguesia, a construção da ciclovias e da via entre a Aldeia e a Cidade de Vila Nova de Santo André, bem como a construção da Casa Mortuária na Cidade de Santiago do Cacém.-----

Salientou também os investimentos realizados no setor da Educação, nomeadamente nas obras de remodelação das EB1 de Ermidas e na EB1 N° 3 de Santo André, nos equipamentos de ar condicionado para as escolas, no acesso à Internet em todo o Pré-escolar, a remodelação do parque informático no 1º Ciclo, nas refeições escolares, nos transportes escolares e na componente de apoio à família.-----
No setor do Desporto, destacou os investimentos nos relvados sintéticos nos campos de jogos de Alvalade e de Santo André, a intervenção nas piscinas descobertas e o apoio ao movimento associativo desportivo. -----
No setor da Cultura, referiu as iniciativas apoiadas e realizadas pela Câmara Municipal, nomeadamente no Auditório Municipal, as quais registaram o maior número de entradas de sempre, a Festa das flores, a iniciativa Alvalade Medieval, as festas dos Santos Populares, a iniciativa Jazz Alentejo e a Mostra Internacional de Teatro.-----
No âmbito do Desenvolvimento Económico e Turismo, ressaltou nomeadamente a realização da Santiago e da Feira do Monte que obtiveram recordes de visitas, a Santiago *Styl Weekend*, as mostras gastronómicas da enguia e do tomate e a participação na Feira do Turismo de Lisboa (BTL). Acrescentou que o Município de Santiago do Cacém registou a maior subida nos indicadores do Turismo no Litoral Alentejano, o que foi destacado na Televisão e por várias revistas, e que os setores da restauração e da hotelaria tiveram a maior procura de sempre. -----
No âmbito da Ação Social destacou nomeadamente os investimentos na Ação Social Escolar, no Pré-escolar e no 1º Ciclo, nas Bolsas de Estudos para o Ensino Superior, no apoio à realização de obras nas residências de famílias carenciadas e nas intervenções junto das IPSS, CPCJ, Rede Social e no projeto da Intervir.com referente à violência doméstica. -----
Mais referiu que os resultados financeiros do exercício registaram uma subida relativamente ao ano anterior, de 9,35% na Receita, uma taxa de execução de 81,73%, uma redução da dívida total, em 9,5 milhões de euros, com a redução de 1, 2 milhões de euros da dívida a curto prazo, cumprindo com a regra do equilíbrio orçamental. -----
Informou ainda que as dívidas aos fornecedores não eram superiores a noventa dias e que o prazo médio de pagamento era de vinte e cinco dias. -----
Concluiu, enaltecendo o trabalho de colaboração das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal, bem como o papel dos trabalhadores das autarquias, agradecendo o seu profissionalismo, empenho e dedicação, sem o qual não tinha sido possível obter os resultados apresentados, tendo em conta que muitas obras realizadas foram por Administração Direta da Autarquia. -----
Salientou ainda o facto do exercício em apreço ter sido realizado num ano de eleições autárquicas, o que não impediu os resultados financeiros obtidos e a obra feita. -----
A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionando sobre a discrepância dos valores na execução da despesa, 07 – Aquisição de Bens de Capital, entre o previsto (10.710,02€) e o realizado (4.950,70€). -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, aquando da elaboração dos planos provisionais, tinha sido prevista a realização de algumas obras cujos vistos do Tribunal de Contas registaram algum atraso, dando alguns exemplos. -----
Acrescentou que durante o exercício foram realizadas obras importantes com o apoio dos Fundos Comunitários, tendo sido atingida uma taxa de execução de oitenta e dois por cento. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor,**

dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Dez votos contra, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues.-----

Duas abstenções, sendo uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira e outra do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi feita a seguinte declaração de voto: "Embora a Lei das Finanças Locais continue a não ser cumprida a gestão orçamental deste Executivo continua a demonstrar equilíbrio, rigor e eficácia.-----

Este Relatório continua a demonstrar que as obrigações assumidas perante a população do Concelho de Santiago do Cacém, nomeadamente as suas responsabilidades ao nível da melhoria da qualidade de vida dos municípios continuam a ser cumpridas.-----

Ao nível das políticas sociais, destacamos as refeições e os transportes escolares, o complemento de apoio à família que continua a ser gratuito, a melhoria dos espaços escolares com um forte investimento na reabilitação do parque escolar do 1º Ciclo, nomeadamente nas escolas nº 3 de Santo André e na Escola de Ermidas, a disponibilização de auxílios económicos, a promoção da saúde, através não só do apoio financeiro à prática desportiva mas também ao nível da manutenção e criação de infra estruturas. Realçamos igualmente o apoio ao associativismo que é fundamental.-----

Ao nível das infraestruturas públicas referimos a construção, conservação e manutenção das redes de abastecimento de águas residuais, o serviço de recolha e tratamento de resíduos urbanos, a melhoria das vias de comunicação, a reabilitação urbana, a manutenção e conservação de espaços verdes.-----

Não podemos deixar de referir a área do turismo que tem vindo a crescer no nosso Concelho e onde foi feito igualmente um forte apoio ao comércio local e ao tecido empresarial.-----

Por último, referimos a continuação da diminuição da dívida a curto prazo aos fornecedores em cerca de 190 mil euros e a dívida de médio e longo prazo em cerca de 270 mil euros. Para além desta diminuição há a referir ainda um saldo de gerência em cerca de 2 milhões e trezentos e cinquenta mil euros. Importa referir que este saldo de gerência vem permitir o reforço do investimento no exercício de 2018.-----

Embora se tenha verificado um aumento nos gastos com o pessoal devido ao reposicionamento salarial a despesa com pessoal situa-se nos 37,5% do total da despesa.

Pela Senhora Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, em representação dos eleitos do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: "A bancada socialista na Assembleia Municipal analisou os documentos da Câmara Municipal de Santiago do Cacém (CMSC) relativos à prestação de contas do ano de 2017 e registamos a redução da dívida no mandato 2013/2017. Todavia, esta foi uma dívida criada e aumentada ao longo de décadas e uma consequência de decisões erradas tomadas pelos sucessivos

executivos comunistas na gestão da autarquia desde 1976. A dívida melhorou, mas é notório que a CMSC não consegue contribuir para que o concelho saia do marasmo em que se encontra e não se assume como um real fator de desenvolvimento económico.-----
Em 2017 estava previsto um Investimento Municipal de mais de 10,7 milhões de euros, mas nem sequer atingiu os 5 milhões de euros. Reparem-se nos seguintes exemplos: -----
--- . A Escola EB/JI Nº 4 de Vila Nova de Santo André, com um projeto de 2016 e uma previsão de investimento de mais de 1,2 milhões de euros, em 2017 apenas foi executado em 3 mil euros.-----
--- . A Escola Básica de Ermidas, tinha um investimento previsto de 400 mil euros desde 2016, mas apenas foi executado um pouco mais de 100 mil euros.-----
--- . A Valorização do Jardim Municipal em Santiago do Cacém, como investimento previsto de 260 mil euros, encontra-se adiada para o longínquo 2020, muito provavelmente para ser concluído em vésperas das próximas eleições autárquicas. -----
--- . O Plano de Ação para a Eficiência Energética das Piscinas Municipais, previsto nos orçamentos desde 2015, com um investimento de 276 mil euros e que ainda não será realizado este ano.-----
--- . A Requalificação de espaço público no Bairro do Pinhal em Vila Nova de Santo André, outro projeto previsto no orçamento de 2015, e que agora só está previsto para 2019.-----
É absolutamente inaceitável que tal aconteça, até porque a CMSC fechou o exercício económico de 2017 com 2,4 milhões de euros em caixa.-----
A inépcia do executivo não permite o desenvolvimento económico do concelho, o melhoramento da qualidade de vida dos nossos Municípios ou os investimentos necessários e que estavam previstos.-----
Esta não é a nossa visão para Santiago do Cacém, este não foi o nosso orçamento e que a seu tempo tivemos oportunidade de criticar e sugerir alteações.-----
Esta política não serve a população e não se enquadra no modelo de desenvolvimento defendido pelos eleitos do Partido Socialista.-----
Assim, em coerência com as opções e posições conhecidas, e como não nos revemos nas políticas implementadas pela CDU, votamos politicamente contra a Prestação de Contas de 2017.”-----

--- **b) Relatório Anual do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município;**-----\

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, para “**Dar conhecimento** à Assembleia Municipal do Relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao ano de 2017, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas, conforme documento em anexo.*-----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

TOMADO CONHECIMENTO.-----

--- **c) Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de 2018;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a

Primeira Revisão ao Orçamento da Despesa/Receita de Dois Mil e Dezoito à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- **d) Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2018 a 2021;** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Dois Mil e Dezoito/Dois Mil e Vinte e Um à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- e) Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes de 2018 a 2021; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter a Primeira Revisão às Atividades Mais Relevantes Dois Mil Dezoito/ Dois Mil e Vinte e Um à Assembleia Municipal, em anexo.* -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº.54-A/99, de 22 de fevereiro.-----

Dois – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves.-----

Doze abstenções sendo sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- f) Alteração à Estrutura Orgânica Nuclear do Município de Santiago do Cacém; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a revogação das competências da Estrutura Orgânica Nuclear, previstas nas alíneas h), i) e j) do n.º 2 do artigo 2.º da Organização de Serviços do Município de Santiago do Cacém, conforme documento anexo.* -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: Por deliberação da Câmara Municipal de 9 de junho de 2016, foi aprovada a última alteração à estrutura de Organização dos Serviços do Município de Santiago do Cacém; -----

DOIS: Sucede que, um ano passado sobre o Despacho 9 545/2016, de 25 de julho, publicado na 2.ª série do Diário da República, posteriormente ajustado pela Declaração

de Retificação n.º 881/2016, de 1 de setembro, para adequação do serviço às necessidades permanentes de funcionamento e otimização de recursos, reconhece-se a necessidade de extinguir a unidade orgânica flexível, Divisão Jurídica, individualizando a área jurídica e de investigação e instrução de processos de contraordenações, do serviço municipal de fiscalização municipal.-----

TRÊS: Com este pressuposto e, analisada a estrutura orgânica existente, concluiu-se pela necessidade de passar o serviço de fiscalização municipal a integrar a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e autonomizar a área jurídica e a área de investigação e instrução de processos de contraordenação, em gabinete próprio.-----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar a estrutura nuclear, conforme dispõe a alínea b) do artigo 6.º do Regime da Organização dos Serviços das Autarquias Locais, publicado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.-----

DOIS: Compete à Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara, definir as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal, das unidades orgânicas flexíveis, conforme dispõe a alínea a) do artigo 7.º do supra citado regime.-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz.-----

Onze abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.”-----

2º PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia a continuação dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto do Regimento.-----

Não foram levantadas objeções.-----

--- g) Alteração ao Mapa de Pessoas 2018; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Mapa de Pessoal para 2018, em anexo.*-----

FUNDAMENTOS: De facto: 1. Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contem a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

2. Alteração da estrutura orgânica. -----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata, com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU**, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Onze abstenções sendo seis dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva e Raquel Louro Vieira Correia, quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues, e uma do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira.” -----

--- h) Apoio à Freguesia de Santo André; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação de apoio monetário no valor de 1 750€ (mil setecentos e cinquenta euros) para a Junta de Freguesia de Santo André para o desenvolvimento das suas atividades, de acordo com os fins que prossegue, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

FUNDAMENTOS: De facto: Um: A Câmara Municipal de Santiago do Cacém está empenhada no desenvolvimento equilibrado e progressivo do Concelho, tomando medidas que traduzem a sua efetiva preocupação pela defesa e preservação do ambiente e da qualidade de vida da população, das estruturas e atividades culturais e desportivas do concelho de Santiago do Cacém; -----

Dois: A Câmara Municipal de Santiago do Cacém desenvolve ações de procura de apoios diretos ou indiretos às entidades e instituições que demonstrem realizar atividades relevantes e tem desenvolvido um conjunto significativo de apoios financeiros e logísticos a dezenas de associações de carácter cultural, desportivo, social e humanitário; -

Três: A Sociedade Anónima Petróleos de Portugal – Petrogal S.A., (Petrogal) atribuiu ao Município de Santiago do Cacém (MSC) uma verba para apoio ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, ambientais e de solidariedade social do concelho,

que veio proporcionar condições financeiras para que o MSC possa atribuir, um apoio financeiro de 1750€ (mil setecentos e cinquenta euros) à Junta de Freguesia de Santo André, para que esta prossiga o desenvolvimento de atividades nas suas áreas de intervenção, contribuindo assim para o desenvolvimento social, cultural, ambiental e desportivo do Município; -----

Quatro: A Junta de Freguesia de Santo André, contribui para o desenvolvimento, social, cultural, ambiental e desportivo do município, através das inúmeras atividades que realiza ao longo do ano. -----

De direito: Um: Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Dois: As freguesias dispõem de atribuições nos domínios da cultura, tempos livres, desporto, ação social e ambiente, nos termos do da alíneas d) f) e h) do n.º 2 do artigo 7.º do citado regime.” -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionando se havia alguma razão específica para a empresa Petrogal S. A atribuir uma verba somente à Junta de Freguesia de Santo André. -----

O Senhor Rui Vieira, eleito do BE, questionou se os protocolos existentes se enquadravam no âmbito da responsabilidade social das empresas e qual tinha sido o aumento percentual das verbas atribuídas. Acrescentou que, tendo em conta a questão da poluição produzida pelas mesmas, considerava que as verbas em causa estavam muito distantes do que são as responsabilidades sociais das mesmas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os protocolos existentes com empresas do Complexo Industrial de Sines, para transferência de verbas para apoio a entidades culturais desportivas e sociais, resultaram da insistência da Autarquia junto das mesmas, dado que não existia um tratamento igual relativamente ao Município vizinho, quando a maioria dos trabalhadores daquele Complexo residem no Município de Santiago do Cacém, nomeadamente na Freguesia de Santo André, sendo que, a verba atribuída a esta freguesia tem a ver com a questão da responsabilidade social daquela empresa relativa aos trabalhadores que residem na mesma. -----

Mais informou que houve um aumento da verba protocolada com aquela empresa relativamente ao ano anterior, o qual teve a ver com o apoio à colocação do relvado sintético no campo do Estrela de Santo André. -----

O Senhor Rui Vieira referiu que a responsabilidade social da empresa não compreendia somente a questão dos trabalhadores. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor**, sendo dezasseis, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, José Manuel Guerreiro Neves, Luis Pedro Marques Matos, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, sete dos eleitos do PS, senhores Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva

e Raquel Louro Vieira Correia e Ricardo Jorge da Cruz e quatro dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Carmem Dolores Palminha Mendes, António Gamito de Matos e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Uma abstenção do eleito do BE, Senhor Rui Beles Vieira. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Rui Beles Vieira, eleito do BE, foi feita a seguinte declaração de voto: “Abstive-me porque considero que a responsabilidade social da empresa vai muito além do que está a contribuir, tendo em conta o volume de negócios e a área a que se dedica.” -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de dois mil e dezoito, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram zero horas e quarenta e cinco minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

